

Editorial

Os dois primeiros artigos desta edição se detêm no tema do ensino da Arquitetura e Urbanismo cada um deles voltado a questões específicas: o primeiro relata uma experiência de introdução ao ensino do projeto de paisagismo, enquanto que o segundo discute a respeito do ensino do BIM dentro da lógica predominante nas disciplinas de informática aplicada presentes nas matrizes curriculares analisadas.

Liziane de Oliveira Jorge e Ana Paula de Andrea Dametto, professoras da UFPelotas, apresentam o artigo “O pátio universitário como espaço livre: uma experiência didática”, voltada à introdução ao projeto no campo do paisagismo, desenvolvida com alunos do primeiro período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da universidade na qual lecionam no qual expõem detalhadamente uma experiência de ensino, ancorada em farta bibliografia. Adotando como tema a reorganização do espaço do pátio universitário e compreendendo o projeto de elementos que o requalificam, o exercício apóia-se inicialmente em estratégias de leitura

do lugar, com base em abordagens que relacionam o usuário e o espaço vivenciado, prossegue com a apreensão do lugar por meio de croquis de observação e análise, seguida da construção de uma maquete física desmontável compartilhada entre os alunos. A utilização de vários recursos investigativos, como registros fotográficos, vídeos, entrevistas, amparam as avaliações sensoriais e técnicas que conduzem a definição do programa de projeto e as diferentes variáveis projetuais.

Luís André dos Santos e Fernando G. Vázquez Ramos, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT, com o artigo “*Building Information Modeling* no ensino de Arquitetura e Urbanismo”, investigam a relação entre o ensino em algumas escolas de arquitetura e urbanismo e a prática profissional no que se refere à atividade das chamadas disciplinas de informática aplicada, especialmente aquela relacionada à plataforma denominada Building Information Modeling (BIM). O texto analisa “as definições e os significados do BIM à luz da legislação

sobre o ensino da arquitetura e do urbanismo e da própria viabilização que as Instituições de Ensino Superior dão às chamadas disciplinas de informática aplicada, em que tradicionalmente se pretende ensinar o BIM”. Revela-se um quadro complexo que permite questionar as possibilidades concretas de ensino do BIM, principalmente enquanto não se consolidar o entendimento de que o BIM é não apenas uma plataforma de projeção, mas também de organização e gestão do processo de construção de uma obra, em que o compartilhamento entre os participantes do processo, ao conceber o modelo de simulação, possibilita a comunicação necessária para a resolução dos problemas reais de uma edificação.

Os dois artigos seguintes trazem estudos ligados à investigação histórica, um deles, de natureza epistemológica, realiza um rastreamento em arquivos procedentes, em grande parte, de bases digitais de pesquisas sobre um tema caro ao urbanismo do início do século XX, a *Cidade Vertical*; o outro se concentra no campo do patrimônio da industrialização paulistano explorando um relato pessoal como narrativa que complementa e reorganiza a história oficial.

Carina Folea Cardoso, professora da UFGOias, no artigo “Cidade vertical: a gênese do conceito entendida através da atuação de Le Corbusier e Ludwig Hilberseimer”, dedica-se ao tema da chamada *Cidade Vertical*, terminologia aplicada a certos projetos urbanos da década de 1930 com diferen-

tes significações, conforme a área de investigação considerada, não sendo, segundo a autora, plenamente estabelecido nem mesmo na área de Arquitetura e Urbanismo. Numa tentativa de definir contornos mais claros para a definição, o trabalho procura, por meio de uma revisão bibliográfica em bases indexadoras, concentrada somente na busca dos vocábulos ‘cidade vertical’ e ‘*vertical city*’, explorar o conceito, sua gênese e seus desdobramentos, tanto no que se refere a reflexões teóricas quanto às proposições de modelos, confrontando as formulações históricas com as conotações atuais de cidade verticalizada. A pesquisa confirma a correspondência entre as proposições de Le Corbusier e de Hilberseimer, segundo as quais a torre seria o elemento articulador do desenho e do planejamento da cidade moderna. A relevância do estudo evidencia-se na correspondência entre objetivos e métodos que se inserem num ciclo de produção científica disponível, em grande medida, em bases digitais, nutrindo-se dele e, ao mesmo tempo, retroalimentando-o.

Ivone Salgado e Diógenes Sousa, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, com o artigo “A Companhia Antarctica Paulista em São Paulo: memória e patrimônio edificado” trazem uma discussão sobre patrimônio industrial, memória e preservação com base na memória de um funcionário da antiga Companhia Antarctica Paulista, cujas estruturas remanescentes integram uma lista de bens tomados pelo Conselho Municipal de Preservação

do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) desde 2007, situados no bairro da Mooca. O estudo apresenta um quadro histórico da implantação da indústria e da sua conexão com o desenvolvimento urbano daquela área no final do século XIX até sua condição atual, procurando explorar informações relacionadas à trajetória dos empresários de origem europeia que compunham a sociedade de mais de cinquenta acionistas, chegando à condição presente de abandono, associada a uma conjuntura de desativação das instalações e transferências das atividades ali desenvolvidas. A discussão envolve o reconhecimento de valor do patrimônio industrial edificado, tendo como foco principal a consulta ao compêndio de memória de Hedemir Linguitte, funcionário da indústria entre os anos 1928-58, tido com uma peça relevante de um extenso material de pesquisa a fortalecer a importância do relato pessoal na investigação acerca dos vínculos entre a industrialização e a memória social da cidade de São Paulo.

Os temas e enfoques dos artigos que se remetem ao universo do urbanismo apresentam grande diversidade. Um traço comum, porém, pode ser indicado entre os dois primeiros trabalhos: a preocupação com a qualidade do ambiente urbano. O terceiro baseia-se na articulação entre a reflexão teórica e uma experiência de corpo a corpo com a cidade, e, por fim, o artigo que encerra esta edição situa-se no limiar entre o domínio do projeto de edificações arquitetônicas e a sua inserção urbana.

Bruna Dotto e André de Souza Silva, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Unisinos, no artigo “A vegetação como parâmetro de sustentabilidade ambiental em cidades”, partem do princípio que o estudo da vegetação pode contribuir para a melhoria da qualidade ambiental urbana, tendo em vista amenizar as condições desfavoráveis da concentração urbana, assegurando condições mais equilibradas de ambiência e qualidade de vida, especialmente no que tange ao combate às ilhas de calor, à redução do consumo de energia mediante o controle térmico da edificação, às estratégias de proteção da biodiversidade da fauna e flora local, e ao controle e diminuição do volume de água potável para a irrigação de áreas vegetadas. Nessa perspectiva, analisam a vegetação como parâmetro de sustentabilidade ambiental, com base numa avaliação comparativa entre as certificações: BREAM, LEED e AQUA. A pesquisa assinala que o exame das certificações pode instigar não somente o desenvolvimento de técnicas mais eficientes da utilização da vegetação nos projetos de edificação, mas também a condução de análises mais apuradas sobre a qualidade do projeto arquitetônico e paisagístico em suas interfaces com o ambiente urbano, tendo a vegetação com o elemento mitigador dos efeitos adversos da urbanização desenfreada.

Tatiana Cristina Schneier Ghisi, professora da UNIPAR (PR), com o artigo “Mapeamento e

análise dos vazios urbanos no município de Francisco Beltrão-PR”, apresenta um estudo sobre os vazios urbanos existentes na malha urbana do município de Francisco Beltrão-PR, tidos como “lapsos do planejamento da cidade”. Vale-se de dados censitários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da análise espacial de imagens geradas por satélite. Dessa forma, o mapeamento e a avaliação das condições específicas em que se encontram os vazios urbanos, seguidos da definição de diretrizes para a ocupação dessas áreas, podem ser considerados como alternativa válida à contenção da expansão urbana nas franjas periféricas, em zonas de risco, em áreas de proteção de mananciais ou destinadas às reservas ambientais. A postura que orienta o estudo não se refere unicamente a priorizar a ocupação de áreas dotadas de infraestrutura e serviços públicos, mas também a alcançar um desenvolvimento urbano mais equânime, ampliando o acesso aos benefícios e direitos urbanos hoje ainda restritos a uma pequena parcela da população.

O artigo de Mariana Bernardes e Lizandra Garcia Lupi Vergara, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, “Entre o saber e o fazer: Percepção de arquitetos sobre acessibilidade arquitetônica” adota uma abordagem qualitativa para o entendimento de um evento empírico: a percepção de arquitetos a respeito de conceitos ligados à acessibilidade e à ergonomia,

que se apresentam na norma NBR 9050 destinada a regulamentar esses temas. O trabalho se desenvolve mediante entrevistas com roteiro semiestruturado, submetidas a 15 profissionais que atuam na elaboração de projetos arquitetônicos, com a perspectiva de superar barreiras que se reflitam na ampliação da acessibilidade e, conseqüentemente, em espaços arquitetônicos e urbanos mais inclusivos e democráticos.

O grupo de pesquisadores do IAU-USP São Carlos, David M. Sperling, Fábio Lopes de Souza Santos, Luciano Bernardino da Costa, Ruy Sardinha Lopes, Simone Tanoue Vizioli, Paulo Castral e Joubert Lancha, no artigo “Jogo e deriva com mídias (des)locativas”, trazem o relato, acompanhado de reflexão, de uma experiência desenvolvida no âmbito de um Workshop sobre as práticas de representação, em que se destaca a coerência entre as referências conceituais, as metodologias adotadas e os resultados alcançados. A atividade propõe a discussão dos modos de percepção urbana através do uso e do desvio - aqui empregado conforme a acepção da Teoria da Deriva (1958) de Guy Debord - de dispositivos de geolocalização e das práticas de intervenções artísticas na cidade. Da mesma forma que se propõe debater sobre o papel da arte em subverter a lógica da sociedade tecnocrática associada ao universo do trabalho, postura que se delinea na sociedade moderna e persiste na sociedade pós-industrial, o artigo investe na mobilização de sentidos e no reencontro dos participantes com a cidade. ■